

Banco Investcred Unibanco S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis relativas a 31/12/2025 para contas patrimoniais e ao período de 01/01 a 31/12 de 2025 para resultado, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

CNPJ nº 61.182.408/0001-16

São Paulo, 06 de março de 2026.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL <i>(Em milhares de reais)</i>									
Ativo					Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante e Não Circulante.....					Circulante e Não Circulante.....				
Disponibilidades.....					Depósitos.....				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....					Depósitos à Vista.....				
Aplicações no Mercado Aberto.....					Depósitos Interfinanceiros.....				
Operações com Característica de Concessão de Crédito.....					Relações Interfinanceiras.....				
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos.....					Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar.....				
(Provisão para Perda de Crédito Esperada).....					Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas.....				
Relações Interfinanceiras.....					Obrigações Fiscais Correntes.....				
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos.....					Obrigações Fiscais Diferidas.....				
Ativos Fiscais Correntes.....					Outros Passivos.....				
Ativos Fiscais Diferidos.....					Patrimônio Líquido.....				
Outros Ativos.....					Capital Social.....				
					Reservas de Lucros.....				
Total do Ativo.....					Total do Passivo e do Patrimônio Líquido.....				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO <i>(Em milhares de reais)</i>					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA <i>(Em milhares de reais)</i>				
Receitas da Intermediação Financeira.....					Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado.....				
Resultado de Operações com Característica de Concessão de Crédito.....					Lucro Líquido / (Prejuízo).....				
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários e Outros.....					Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo):.....				
Despesas da Intermediação Financeira.....					Perda de Crédito Esperada com Instrumentos Financeiros.....				
Depósitos e Captações no Mercado Aberto.....					Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências.....				
Empréstimos e Repasses.....					Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia.....				
Resultado da Intermediação Financeira Antes da Perda de Crédito Esperada.....					Tributos Diferidos.....				
Resultado da Perda de Crédito Esperada.....					Variações de Ativos e Passivos.....				
Despesa de Provisão para Perda de Crédito Esperada.....					(Aumento) / Redução em Ativos.....				
Receita de Recuperação de Ativos Financeiros Baixados como Prejuízo.....					Operações com Característica de Concessão de Crédito.....				
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....					Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil.....				
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais.....					Relações Interfinanceiras (Ativos / Passivos).....				
Receitas de Prestação de Serviços.....					Ativos Fiscais.....				
Outras Despesas Administrativas.....					Outros Ativos.....				
Despesas de Demais Provisões.....					(Redução) / Aumento em Passivos.....				
Provisões Cíveis.....					Depósitos.....				
Despesas Tributárias.....					Obrigações Fiscais.....				
Outras Receitas Operacionais.....					Demais Provisões e Outros Passivos.....				
Outras Despesas Operacionais.....					Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.....				
Resultado Operacional.....					Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais.....				
Resultado não Operacional.....					Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....				
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro.....					Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento.....				
Imposto de Renda e Contribuição Social.....					Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa.....				
Devidos sobre Operações do Período.....					Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período.....				
Referentes a Diferenças Temporárias.....					Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período.....				
Lucro Líquido / (Prejuízo).....					Disponibilidades.....				
Quantidade de Ações.....					Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada.....				
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R\$.....									

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE <i>(Em milhares de reais)</i>									
Lucro Líquido / (Prejuízo).....									
Total de Outros Resultados Abrangentes.....									
Total do Resultado Abrangente.....									

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)						
	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros / (Prejuízos)	
			Legal	Estatutária	Acumulados	Total
Saldos em 01/07/2025.....		62.736	8.169	56.936	--	127.841
Total do Resultado Abrangente.....		--	--	--	17.552	17.552
Lucro Líquido / (Prejuízo).....		--	--	--	17.552	17.552
Destinações:						
Reservas.....		--	878	4.667	(5.545)	--
Dividendos.....		--	--	--	(12.007)	(12.007)
Saldos em 31/12/2025.....	8	62.736	9.047	61.603	--	133.386
Mutações do Período.....		--	878	4.667	--	5.545
Saldos em 01/01/2025.....		50.750	7.241	51.291	--	109.282
Aumento / (Redução) de Capital.....		11.986	--	(11.986)	--	--
Total do Resultado Abrangente.....		--	--	--	36.111	36.111
Lucro Líquido / (Prejuízo).....		--	--	--	36.111	36.111
Destinações:						
Reservas.....		--	1.806	22.298	(24.104)	--
Dividendos.....		--	--	--	(12.007)	(12.007)
Saldos em 31/12/2025.....	8	62.736	9.047	61.603	--	133.386
Mutações do Período.....		11.986	1.806	10.312	--	24.104

aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

V - Receitas de Prestação de Serviços

São reconhecidas quando a empresa fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflète a contraprestação que a empresa espera receber em troca desses serviços. Os custos incrementais, quando materiais, são reconhecidos no ativo e apropriados no resultado conforme o prazo esperado do contrato.

As principais receitas são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

NOTA 3 - OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A política contábil sobre Operações com Característica de Concessão de Crédito está apresentada na Nota 2c II.

a) Composição da Carteira de Operações com Característica de Concessão de Crédito

A carteira de Operações de Crédito é classificada como custo amortizado e composta principalmente por pessoas físicas no montante de R\$ 749.511, sendo o valor justo dessas operações o montante de R\$ 749.511. Do total, R\$ 693.507 estão classificados no circulante e R\$ 56.004 no não circulante e estão distribuídas da seguinte forma: R\$ 571.736 no estágio 1, R\$ 94.041 no estágio 2 e R\$ 83.734 no estágio 3. A classificação das provisões para perda de crédito esperada é: R\$ (16.074) no estágio 1, R\$ (28.214) estágio 2 e R\$ (55.873) estágio 3. No período, foram baixadas operações com característica de concessão de crédito (Write-Off) no montante de R\$ (94.038), em razão da ausência de expectativa razoável de recuperação.

A Provisão para Perda de Crédito Esperada contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (920).

Do saldo total dos 3 estágios, R\$ 63.109 são de operações renegociadas, das quais 75,3% referem-se a operações reestruturadas.

NOTA 4 - OUTROS PASSIVOS

31/12/2025

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2025 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2025 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Investcred Unibanco S.A. (INVESTCRED ou empresa) tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira comercial autorizada, na forma das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

As operações do INVESTCRED são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelos órgãos de governança em 06 de março de 2026.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A empresa adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 desta Resolução. Mais informações sobre os efeitos da transição normativa estão detalhadas na nota 2b I - Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Fimdo em 31 de dezembro de 2025

Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros

Estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de *hedge*. A adoção foi prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de *hedge* e do ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

A empresa considera que as novas classificações de instrumentos financeiros não produziram efeitos no Patrimônio Líquido. Em relação a perda esperada associadas ao risco de crédito, houve uma redução no Ativo de R\$ (29.436), referente a Perda de Crédito Esperada de Operações com Característica de Concessão de Crédito em contrapartida do Patrimônio Líquido, correspondente a R\$ (16.190), líquido dos efeitos fiscais.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas da empresa. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles obtidos pelas estimativas e julgamentos.

I - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, consideradas no Balanço Patrimonial, quando aplicável, nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada).

II - Ativos e Passivos Financeiros

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (CA):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, principalmente Aplicações e Captações.

b) Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros

Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

Perda de Crédito Esperada: Para a avaliação da perda de crédito esperada associada aos instrumentos financeiros (exceto instrumentos patrimoniais, derivativos, títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado no nível 1 da hierarquia de valor justo) e aos compromissos de créditos e créditos a liberar não canceláveis, aplica-se a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito.

- Estágio 1 - considera os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito ou cujo risco de crédito diminuiu significativamente.
- Estágio 2 - considera todos os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos instrumentos financeiros cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial ou que deixou de ter problemas de recuperação de crédito, mas seu risco de crédito não diminuiu significativamente.
- Estágio 3 - aplicável aos ativos problemáticos, para os quais é considerado uma probabilidade de default (PD) de 100%.

III - Relações Interfinanceiras

Nas operações com cartões de crédito estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos seus titulares, estão registrados no ativo, na rubrica Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos. Os recursos, correspondentes a esses valores, a serem pagos às credenciadoras, estão registrados no passivo, na rubrica Relações Interfinanceiras.

IV - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período

aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

V - Receitas de Prestação de Serviços

São reconhecidas quando a empresa fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a empresa espera receber em troca desses serviços. Os custos incrementais, quando materiais, são reconhecidos no ativo e apropriados no resultado conforme o prazo esperado do contrato.

As principais receitas são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

NOTA 3 - OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A política contábil sobre Operações com Característica de Concessão de Crédito está apresentada na Nota 2c II.

a) Composição da Carteira de Operações com Característica de Concessão de Crédito

A carteira de Operações de Crédito é classificada como custo amortizado e composta principalmente por pessoas físicas no montante de R\$ 749.511, sendo o valor justo dessas operações o montante de R\$ 749.511. Do total, R\$ 693.507 estão classificados no circulante e R\$ 56.004 no não circulante e estão distribuídas da seguinte forma: R\$ 571.736 no estágio 1, R\$ 94.041 no estágio 2 e R\$ 83.734 no estágio 3. A classificação das provisões para perda de crédito esperada é: R\$ (16.074) no estágio 1, R\$ (28.214) estágio 2 e R\$ (55.873) estágio 3. No período, foram baixadas operações com característica de concessão de crédito (*Write-Off*) no montante de R\$ (94.038), em razão da ausência de expectativa razoável de recuperação.

A Provisão para Perda de Crédito Esperada contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (920).

Do saldo total dos 3 estágios, R\$ 63.109 são de operações renegociadas, das quais 75,3% referem-se a operações reestruturadas.

NOTA 4 - OUTROS PASSIVOS		31/12/2025
Passivos Financeiros		132.244
Transações de Pagamento.....		9.104
Valores a Pagar Sociedades Ligadas.....		123.140
Passivos Não Financeiros		24.439
Sociais e Estatutárias.....		12.007
Provisões para Pagamentos Diversos.....		7.545
Outros Passivos Não Financeiros.....		4.887
Total		156.683
Circulante		155.969
Não Circulante		714

Banco Investcred Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2025 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2025 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)*

c) Reservas de Lucros
Eventual excesso de Reservas de Lucros em relação ao Capital Social será distribuído ou capitalizado conforme determinação da próxima AGO/E.

NOTA 9 - PARTES RELACIONADAS

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionista direto: Itaú Unibanco S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman, Itaú Unibanco Participações S.A., Companhia E. Johnston de Participações e Itaúsa S.A.
- Empresas do Grupo - empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.

	31/12/2025		
	Controladoras	Empresas do Grupo	Total
Ativo	54.118	--	54.118
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	54.043	--	54.043
Outros Ativos.....	75	--	75
Passivo	(134.575)	(121.741)	(256.316)
Depósitos.....	(131.151)	--	(131.151)
Outros Passivos.....	(3.424)	(121.741)	(125.165)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Rubens Fogli Netto	Vice-Presidente Elcio Mitsuhiro Ito	Conselheiros Rodrigo Andre Leiras Carneiro Vital Flores Leite
---	---	--

Sede: Avenida Doutor Hugo Beolchi, 788 - Vila Guarani - São Paulo - SP

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Rodrigo Andre Leiras Carneiro

Diretores Executivos

Carlos Henrique Donegá Aidar
Estevão Carcioffi Lazzanha
Lineu Carlos Ferraz de Andrade

Rita Rodrigues Ferreira Carvalho
Tatiana Grecco
Vinicius Santana

Contadora
Fabiana Palazzo Barbosa
CRC 1SP251437/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Investcred Unibanco S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Investcred Unibanco S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2(a) às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

	São Paulo, 6 de março de 2026
	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev CRC 2SP000160/O-5 Contadora CRC 1SP245281/O-6



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>